

Educação Geográfica Inclusiva: Estratégias Didáticas para Trabalhar Paisagens no Ensino Médio com Equidade e Acessibilidade

Roger Vitor Lima Brasil[1]

Palavras-chave: Acessibilidade pedagógica; Educação anticapacitista; Tecnologias Assistivas;

INTRODUÇÃO

A Geografia escolar desempenha um papel fundamental na formação de uma educação geográfica crítica sobre as relações socioambientais que ocorrem no espaço. No Ensino Médio, o conceito de paisagem é central para o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes compreenderem as transformações do território e sua inserção no mundo. Contudo, a forma como os conteúdos são trabalhados muitas vezes ignora a diversidade dos estudantes, dificultando a participação plena de estudantes com deficiência e daqueles em situações de vulnerabilidade social.

Este estudo surge no contexto da disciplina Educação Inclusiva, parte da formação inicial docente, e tem como objetivo refletir sobre estratégias didáticas que utilizem o conceito de paisagem de forma acessível, equitativa e significativa no Ensino Médio. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa e bibliográfica, baseada em autores da Educação e da Geografia, além de documentos normativos como a BNCC (2018) e as Diretrizes da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Também são analisadas experiências descritas em estudos acadêmicos que discutem práticas inclusivas no ensino de Geografia.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa da pesquisa, que busca compreender práticas pedagógicas à luz de conceitos teóricos. Foram utilizados como referenciais os trabalhos de Milton Santos (2008), Lana Cavalcanti (2012), Helena Callai (2005), além de estudos recentes como os de Silva (2024), Brinco et al. (2024) e Florêncio & Almeida (2014), os quais reforçam a urgência de se repensar o ensino da

1 Licenciando em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Estudante.

Geografia em uma perspectiva inclusiva, anticapacitista e comprometida com a justiça social. Outro aspecto metodológico adotado foi o levantamento de orientações pedagógicas presentes em políticas públicas educacionais voltadas à inclusão, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Documento Curricular do Ensino Médio (DCEM), que reforçam o compromisso da escola com a promoção de uma aprendizagem significativa e justa para todos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O conceito de paisagem, tradicionalmente vinculado à visão, precisa ser ressignificado à luz da inclusão. Para Milton Santos (2008), paisagem é o "conjunto de objetos que testemunham ações passadas, mas ainda presentes no espaço". Ao adotar esse olhar ampliado, a Geografia pode incorporar outras formas de percepção, como sons, texturas e cheiros, tornando o ensino acessível a estudantes com deficiência sensorial. Como observa Silva (2024), "a percepção do cheiro característico de um espaço, a escuta dos sons de um ambiente são formas de tornar visível a paisagem ao deficiente visual". Essa ampliação sensorial não apenas garante o acesso à experiência geográfica, mas também valoriza diferentes modos de ser e estar no mundo.

No ambiente escolar, o trabalho com a paisagem local surge como estratégia pedagógica potente, pois articula conhecimento curricular com vivências concretas dos estudantes. Fotografias, gravações sonoras, mapas táteis, jogos, podcasts e maquetes são recursos que, quando planejados com intencionalidade pedagógica, fortalecem a identidade dos alunos e promovem o pertencimento. Tais práticas são especialmente relevantes em contextos de vulnerabilidade social ou para estudantes com deficiência. A produção de painéis sensoriais, a realização de visitas guiadas a espaços públicos e a construção de narrativas geográficas a partir das vivências cotidianas integram uma abordagem interdisciplinar e inclusiva.

Nesse sentido, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) se destaca como metodologia ativa que valoriza a autonomia e o protagonismo estudantil. Como enfatiza Ferreira (2022), a ABP permite "a construção da autonomia do estudante e a formação do seu pensamento crítico", ao passo que favorece a cooperação, o respeito às diferenças e a adaptação de estratégias conforme os perfis da turma. Um aluno com deficiência visual, por exemplo, pode narrar um podcast sobre sua vizinhança; outro com deficiência auditiva pode explorar a linguagem visual na criação de mapas ou painéis artísticos. Essas práticas ampliam o alcance do conteúdo geográfico e estimulam múltiplas formas de expressão e aprendizagem.

As Tecnologias Assistivas são aliadas fundamentais nesse processo, desde que integradas de maneira planejada ao cotidiano pedagógico. Softwares leitores de tela, vídeos com audiodescrição e legendas, aplicativos de mapeamento interativo e plataformas de realidade aumentada podem ser utilizados para mediar o conteúdo, ampliar a participação e personalizar a aprendizagem. De acordo com Florêncio & Almeida (2014), "a Geografia possui ferramentas teóricas e conceituais que podem contribuir com a Educação Inclusiva tornando-a realidade", desde que o professor esteja preparado para romper com práticas excludentes e homogeneizantes. Porém, os desafios ainda são numerosos. A pesquisa de Brinco, Werlang & Batista (2024) evidencia que a precarização das escolas públicas, a ausência de materiais acessíveis, a falta de formação docente continuada e a carência de

profissionais de apoio impedem que a inclusão aconteça de forma plena. Como os autores alertam: “a falta de recursos didáticos adequados impede a efetiva inclusão dos alunos com deficiência [...] fazendo o professor buscar alternativas para minimizar essa carência”. Além das barreiras materiais, existem também barreiras pedagógicas e atitudinais. Muitos professores ainda veem o diagnóstico como um limite intransponível, quando, na verdade, ele deve ser o ponto de partida para um planejamento sensível às necessidades educacionais específicas. Nesse aspecto, a proposta de uma educação anticapacitista ganha centralidade, pois implica romper com práticas que subestimam as capacidades dos estudantes com deficiência e promover uma cultura escolar que valorize a diferença como princípio estruturante, e não como exceção a ser tolerada.

Trabalhar o conceito de paisagem de forma inclusiva implica reconhecer que os estudantes não apenas observam o mundo de formas diferentes, mas também o vivenciam de maneiras singulares, mediadas por suas condições físicas, cognitivas, sociais e culturais. Por isso, o ensino da Geografia deve valorizar a multiplicidade de leituras possíveis do território. A paisagem, nesse contexto, deixa de ser um dado visual e passa a ser entendida como construção social, afetiva, histórica e sensorial. A mediação docente é essencial para garantir que todos os estudantes desenvolvam sua capacidade crítica de interpretação do espaço. Como afirma Lana de Souza Cavalcanti (2012), a prática pedagógica deve promover a autonomia e o protagonismo dos alunos, inclusive daqueles com deficiência ou oriundos de contextos de exclusão.

Essa mediação demanda planejamento, formação específica e, sobretudo, compromisso ético com a equidade. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), quando articuladas a uma abordagem inclusiva, enriquecem o ensino da Geografia e ampliam os modos de participação. Plataformas como Google Earth, aplicativos de localização interativa, softwares de mapas mentais e vídeos didáticos acessíveis são recursos que podem democratizar o acesso ao conteúdo, desde que acompanhados de estratégias de acompanhamento individualizado. Por fim, o envolvimento da comunidade escolar e das famílias é crucial.

A construção do conhecimento geográfico, quando mediada pelas experiências do entorno, adquire sentido para os estudantes e fortalece vínculos com o território. Projetos colaborativos que envolvem entrevistas, registros fotográficos, mapas afetivos e exposições escolares podem contribuir para a valorização dos saberes populares e promover a formação de sujeitos críticos e solidários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da acessibilidade e da equidade no ensino de Geografia exige mais do que adaptações pontuais: requer uma mudança profunda na forma de conceber o processo pedagógico, desde o planejamento até a avaliação. É necessário romper com práticas tradicionalmente centradas em um aluno ideal, homogêneo, e reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do espaço escolar. Nesse sentido, ao eleger a paisagem como ponto de partida para práticas didáticas inclusivas, o professor amplia as possibilidades de leitura e interpretação do mundo por parte dos estudantes, valorizando seus contextos socioculturais, subjetividades e formas diversas de perceber e experienciar o espaço. Essa concepção exige um deslocamento de uma visão meramente visual da paisagem para uma abordagem multissensorial, histórica, afetiva e crítica, que acolha os diferentes modos de ser e estar no território.

É fundamental que o ensino da Geografia no Ensino Médio seja planejado com intencionalidade pedagógica, articulando conteúdos curriculares às realidades vividas pelos estudantes. O reconhecimento das diferenças não pode se restringir a momentos isolados ou a iniciativas individuais, mas deve ser parte integrante do projeto político-pedagógico da escola. As estratégias apresentadas neste trabalho demonstram que é possível construir uma prática educativa crítica, democrática e acessível, em que todos tenham a oportunidade real de aprender, participar ativamente e desenvolver sua autonomia intelectual e social.

Como encaminhamento, recomenda-se que novas pesquisas explorem experiências concretas de aplicação dessas metodologias inclusivas em escolas públicas, com atenção especial a contextos periféricos e marcados por vulnerabilidades múltiplas. A investigação de práticas exitosas pode oferecer subsídios para o aprimoramento da formação docente, para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a criação de materiais didáticos acessíveis e sensíveis à diversidade. A reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas no ensino da Geografia exige, portanto, uma postura ética e crítica diante das desigualdades históricas que atravessam o espaço escolar e condicionam o acesso ao conhecimento.

A construção de uma educação geográfica mais justa e comprometida com a transformação social passa pela valorização da paisagem como eixo articulador entre o conteúdo acadêmico e a realidade vivida pelos estudantes. Essa abordagem promove empatia, pensamento crítico, responsabilidade social e consciência cidadã, ampliando o sentido do aprender e da atuação no mundo. Para que isso se efetive, é imprescindível que os sistemas de ensino, as secretarias de educação e as instituições formadoras ofereçam suporte contínuo e sistemático à implementação de metodologias inclusivas.

A falta de recursos materiais, a ausência de formação específica sobre inclusão e o desconhecimento acerca das diferentes deficiências ainda se configuram como barreiras estruturais e simbólicas nas escolas brasileiras. Nesse contexto, políticas públicas que incentivem a formação continuada, a presença de profissionais de apoio e a produção de materiais pedagógicos adaptados são fundamentais. Por fim, destaca-se que a equidade e a acessibilidade não devem ser tratadas como complementos ou ajustes eventuais, mas como princípios fundantes de uma prática educativa transformadora. Ao tratar a paisagem como um objeto de estudo acessível e plural, a Geografia escolar cumpre seu papel formativo, contribuindo para a construção de sujeitos autônomos, críticos, solidários e capazes de intervir eticamente na realidade que os cerca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRINCO, L. A. da S.; WERLANG, M. K.; BATISTA, N. L. **Ensino de Geografia Inclusivo: percepções, experiências e demandas.** *Boletim Paulista de Geografia*, n. 112, jul.-ago. 2024.

CALLAI, H. C. **A Geografia na formação do cidadão.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAMPBELL, M. **Educação Inclusiva: princípios e práticas.** In: CARVALHO, R. E. (Org.). *Inclusão: o paradigma do século XXI*. São Paulo: Summus, 2009.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção do conhecimento.** Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, A. G. **Tecnologias assistivas e a educação geográfica inclusiva.** *Revista Educação e Fronteiras*, 2022.

FLORÊNCIO, F.; ALMEIDA, J. N. **Ensino de Geografia e os seus desafios na educação inclusiva: respeitando as diferenças.** UEPB, 2014.

MELO, H. C.; SAMPAIO, A. A. M. **Desafios da inclusão escolar: o papel do professor de Geografia.** *Revista Brasileira de Educação Geográfica*, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, I. R. C. **O ensino da Geografia pelo prisma da inclusão.** Teresina: EVG, 2024.